



**Ofício nº 150/2023**

Barra do Rio Azul, RS, 14 de dezembro de 2023.

**Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC000102/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 0080/2022 - Processo Licitatório Eletrônico nº 00102/2022**

Ilustríssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por intermédio do presente, manifestar o interesse do Município de Barra do Rio Azul - RS em aderir como “carona” na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC000102/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 0080/2022 - Processo Licitatório Eletrônico nº 00102/2022, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO para contratação, com fornecimento de TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da ata de registro de preço, razão pela qual solicitamos anuência do Consórcio Interfederativo Santa Catarina, na qualidade de órgão gerenciador, autorização para adesão, referente ao item conforme descrição abaixo:

ITEM	OBJETO	QTD	UND	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01.	TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN19256)	01	UND	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

Solicitamos, ainda, uma vez atendido o pleito acima destacado, que nos seja encaminhada a competente Autorização para Adesão a referida Ata de Registro de Preços.



Para qualquer necessidade de contato, disponibilizamos o endereço de email: [licitacao@barradorioazul.rs.gov.br](mailto:licitacao@barradorioazul.rs.gov.br); Telefone (54) 3613.1167 / (54) 9.8449.1046 - Conversar com a Servidora Pública Municipal CLEUZA TRENTIN.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos a oportunidade para manifestar votos de estima e distinta consideração, nos colocando à inteira disposição para algo que vier a se fazer necessário.

Atenciosamente,

MARCELO  
ARRUDA:81  
591756049  
Assinado de forma  
digital por MARCELO  
ARRUDA:8159175604  
9  
Dados: 2023.12.14  
09:05:39 -03'00'  
Prefeito Municipal  
BARRA DO RIO AZUL - RS

Ilustríssimo Senhor

**ELÓI RONNAU**

DD. Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA  
Florianópolis - SC



**DEMONSTRAÇÃO DE VANTAGEM EM REALIZAR A AQUISIÇÃO DE  
TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE  
EM VAN, ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº  
ATC000102/2022, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0080/2022- PROCESSO  
LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 000102/2022, REALIZADO PELO CONSÓRCIO  
INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA**

O Município de Barra do Rio Azul – RS necessita promover a TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

Neste sentido, buscou realizar pesquisa mercadológica destinada à formação do preço de mercado do referido equipamento, visando apresentar à Proposta para eventualmente, convocar Processo Licitatório para posterior aquisição do equipamento.

Neste sentido, destaca-se que a Empresa 1 - TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, apresentou uma proposta no valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais); a Empresa 2 – E G MAIA EIRELI EPP, apresentou uma proposta no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) e a Empresa 3 – TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A, apresentou uma proposta no valor de R\$ 46.680,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e oitenta reais).

Ainda, é fato que o equipamento licitado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, qual seja, TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN, especificações conforme Folha de Dados (CIN 19256), atende plenamente as necessidades do Município de Barra do Rio Azul – RS.

Ademais, o valor constante na Ata de Registro de Preços que o Município pretende aderir para realizar a aquisição do referido veículo – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) se encontra abaixo dos atualmente praticados no mercado.

Não restam dúvidas acerca da vantajosidade da aquisição, considerando que o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) do objeto a ser adquirido é inferior a todos os referenciais de preços encontrados no mercado e praticados pela administração pública regional.

Não menos importante, é de se destacar que o procedimento licitatório realizado pelo CINCATARINA foi executado através de Pregão Eletrônico, o que dá mais transparência e confere maior amplitude de participação de licitantes.

No referido Processo – Pregão Eletrônico, fora estimada a contratação de uma grande quantidade de equipamentos, o que por si só implica em uma maior competitividade do que no caso da aquisição de apenas um equipamento. É diferente realizar uma venda de 100 equipamentos do que apenas 01 equipamento.



Por fim, vale ressaltar que o equipamento licitado no pregão eletrônico possui características técnicas superiores às que o equipamento a ser adquirido pelo Município necessita ter.

Sendo assim fica demonstrado a vantajosidade da referida adesão, tanto no ponto de vista econômico, quanto da eficiência dos serviços públicos.

Barra do Rio Azul, RS, 14 de dezembro de 2023.

MARCELO  
ARRUDA:815  
91756049  
**MARCELO ARRUDA**  
Prefeito Municipal

Assinado de forma  
digital por MARCELO  
ARRUDA:81591756049  
Dados: 2023.12.14  
09:14:35 -03'00'

Erechim, 12 de Dezembro de 2023.

À  
PM BARRA DO RIO AZUL  
A/C: ANDERSON**PROPOSTA DE VENDA N° 1212/23E****REF: DISPOSITIVO DE POLTRONA MÓVEL**

ITEM	QT	DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES	VALOR
01	01	<p>Equipamento de acessibilidade da categoria elevador, tipo poltrona móvel, capacidade homologada pelo inmetro de 130 kg acionamento eletrohidráulico, 12 V e com funcionamento automático, para embarque e desembarque de pessoa com deficiência física, sentado diretamente na poltrona do veículo, mantendo assim a lotação original do veículo e transportando com segurança e igualdade todos os passageiros.</p>  <p>A instalação desse equipamento permite que até três cadeirantes possam ser transportados na primeira carreira de poltronas, permitindo assim um aproveitamento total da lotação do veículo, mesmo sem cadeirantes. A poltrona destinada para acessibilidade deve atender a</p>	R\$ 37.800,00

**MATRIZ**  
RS 135, N°3999 - KM 70  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO - CEP: 99710-557  
ERECHIM - RS - BRASIL  
CNPJ: 08.389.661/0001-62 - I.E.: 039/0137634  
FONE: (54) 3861-3300  
E-MAIL: comercial@tcatransformacoes.com.br**FILIAL**  
AV. MANOEL GREGÓRIO PACHECO S/N°  
BAIRRO ESPERANÇA - CEP: 88820-000  
IÇARA - SC - BRASIL  
CNPJ: 08.389.661/0002-43 - I.E.: 257535055  
FONE: (48) 3420-0997  
E-MAIL: engenharia@tcatransformacoes.com.br

# TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

AMBULÂNCIAS - VANS - UNIDADES MÓVEIS

[www.tcatransformacoes.com.br](http://www.tcatransformacoes.com.br)



	norma: ABNT NBR 15320:2018 cinto de segurança de três pontas e ser identificada na cor amarela conforme itens 14.8 e 14.9 da norma acima descrita.	
--	--	--

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Apresentar juntamente com a proposta de preços:

Carta do fabricante do equipamento, datada e assinada pelo responsável, credenciando a empresa instaladora do equipamento a fornecer e instalar o equipamento sem a perda de garantia do mesmo.

Certidão de registro no CREA de pessoa jurídica (da empresa instaladora) e física (engenheiro mecânico responsável pela instalação do equipamento).

Atestado de Capacidade Técnica da empresa que fará a adequação do veículo para acessibilidade, emitido por qualquer órgão público com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) fornecida e registrada pelo CREA, referente ao objeto da licitação;

Emitir ART (anotação de responsabilidade técnica) junto ao CREA referente a instalação do equipamento, após a conclusão dos serviços.

## CONDIÇÕES GERAIS:

Prazo de entrega	Em 30 dias após o pedido
Pagamento	Em 28 dias após a entrega
Frete	Por conta do cliente
Validade da proposta	30 dias
Garantia do equipamento	12 meses

ATENCIOSAMENTE.

TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

08389661/0001-62

TCA TRANSFORMAÇÕES  
VEICULARES LTDA

Rodovia RS 135 - Bairro Santo Antonio  
CEP 99710-557  
ERECHIM-RS

### MATRIZ

RS 135, N°3999 - KM 70  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO - CEP: 99710-557  
ERECHIM - RS - BRASIL  
CNPJ: 08.389.661/0001-62 - I.E.: 039/0137634  
FONE: (54) 3861-3300  
E-MAIL: [comercial@tcatransformacoes.com.br](mailto:comercial@tcatransformacoes.com.br)

### FILIAL

AV. MANOEL GREGÓRIO PACHECO S/N°  
BAIRRO ESPERANÇA - CEP: 88820-000  
IÇARA - SC - BRASIL  
CNPJ: 08.389.661/0002-43 - I.E.: 257535055  
FONE: (48) 3420-0997  
E-MAIL: [engenharia@tcatransformacoes.com.br](mailto:engenharia@tcatransformacoes.com.br)

# **TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA**

**AMBULÂNCIAS - VANS - UNIDADES MÓVEIS**

[www.tcatransformacoes.com.br](http://www.tcatransformacoes.com.br)



## **MATRIZ**

**RS 135, N°3999 - KM 70**

**BAIRRO SANTO ANTÔNIO - CEP: 99710-557**

**ERECHIM - RS - BRASIL**

**CNPJ: 08.389.661/0001-62 - I.E.: 039/0137634**

**FONE: (54) 3861-3300**

**E-MAIL: comercial@tcatransformacoes.com.br**

## **FILIAL**

**AV. MANOEL GREGÓRIO PACHECO S/N°**

**BAIRRO ESPERANÇA - CEP: 88820-000**

**IÇARA - SC - BRASIL**

**CNPJ: 08.389.661/0002-43 - I.E.: 257535055**

**FONE: (48) 3420-0997**

**E-MAIL: engenharia@tcatransformacoes.com.br**





À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL

RIO GRANDE DO SUL

ATT: ANDERSON BAGATIN

**PROPOSTA DE PREÇOS**

A empresa **E G MAIA EIRELI**, inscrita no CNPJ **15.633.714/0001-04** situada na AV. Tanner de Melo Qd. 10 Lt. 02, Parque industrial Vice-Presidente José de Alencar, CEP: 74.993-500, na cidade de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, por intermédio de seu representante legal o **Sr. Eduardo Gomes Maia**, portador da carteira de identidade nº **1574146 SSP/GO** e CPF nº **533.502.941-20**, vem através deste apresentar nossa proposta para execução de serviço abaixo referido;

Lote	PRODUTO	QN T	UN	MARCA	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	<b>DISPOSITIVO DE POLTORNA MÓVEL</b>  Equipamento de acessibilidade da categoria elevador, tipo poltrona móvel, capacidade homologada pelo inmetro de 130 kg acionamento eletrohidráulico, 12 V e com funcionamento automático, para embarque e desembarque de pessoa com deficiência física, sentado diretamente na poltrona do veículo, mantendo assim a lotação original do veículo e transportando com segurança e igualdade todos os passageiros. instalação desse equipamento permite que até três cadeirantes possam ser transportados na primeira carreira de poltronas, permitindo assim um aproveitamento total da lotação do veículo, mesmo sem cadeirantes. A poltrona destinada para acessibilidade deve atender a norma: ABNT NBR 15320:2018 cinto de segurança de três pontos e ser identificada na cor amarela conforme itens 14.8 e 14.9 da norma acima descrita.	<b>01</b>	UN	<b>MAIA</b>	R\$ 39.000,00	R\$ 39.000,00

E G MAIA EIRELI EPP  
CNPJ: 15.633.714/0001-04  
AV. Tanner de Melo Qd. 10 Lt. 02,  
Parque industrial Vice Presidente José de Alencar  
CEP: 74.993-500 - Aparecida de Goiânia – GO  
62 3085-8100 /62 84309785  
licitaegmaia@gmail.com





- **VALOR TOTAL:** R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)
- Entrega 30 dias
- A validade do orçamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data de hoje;
- O pagamento 50% na entrada do veículo e 50% no ato da entrega

Goiânia, 13 de Dezembro de 2023.

**Eduardo Gomes Maia**  
**RG: 1574146 SSP/GO**  
**CPF: 533.502.941-20**



Erechim 14 de Dezembro de 2023.

Proposta comercial – 042 - 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL - RS

**PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa **TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A**, apresenta proposta para: FORNECIMENTO DE ADEQUAÇÃO DE VAN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QT	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	<p><b><u>TRANSFORMAÇÃO DE VEÍCULO: – ADAPTAÇÃO CADEIRANTE DPM.</u></b></p> <p><b><u>- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:</u></b></p> <p>Transformação e acessibilidade, com instalação do DPM (dispositivo de poltrona móvel) para acessibilidade ao cadeirante, com no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamento de acessibilidade da categoria elevador, tipo poltrona móvel (DPM), capacidade de 130kg acionamento eletro-hidráulico, 12V e com funcionamento automático, para embarque e desembarque de pessoa com deficiência física, sentado diretamente na poltrona do veículo, mantendo assim a lotação original do veículo e transportando com segurança e igualdade todos os passageiros. A instalação do equipamento deve permitir que até três cadeirantes possam ser transportados na primeira carreira de poltronas, permitindo assim um aproveitamento total da lotação do veículo, mesmo sem cadeirantes.</li></ul>	01	R\$ 46.680,00	R\$ 46.680,00

Marca/ Modelo: - DPM VAN

**+55 54 3520 1100**

RUA SALOMÃO IOSCHPE.901.ERECHIM.RS  
CNPJ: 89.422.042/0001-24 / IE: 039/0002445

**WWW.  
TRIELHT  
.com.br**

Inscrição Estadual:	039/0002445
Inscrição Municipal:	21651/7913
Moeda:	Reais
Validade da Proposta:	30 (trinta) dias
Prazo de Entrega:	60 (sessenta) dias
Garantia:	12 (doze) meses
Pagamento:	28 (vinte oito) dias
Frete:	Não incluso
Dados Bancários:	BANCO DO BRASIL (001) Agência: 5122-5 Conta: 2.110-5
Contato:	E-mail: <a href="mailto:viaturas@trielht.com.br">viaturas@trielht.com.br</a> Responsável pelo Contrato: Eng. Daniel Rossett CREA/RS 205763 RG 2088779315 CPF 008.048.110-83
OBS: Declaramos que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente negociação.	



MARCIANO DALLA ROSA  
Diretor Triel – HT  
CPF: 659.961.270-91



Triel-HT Industrial e Participações SA  
CNPJ: 89.422.042/0001-24  
Eng. Daniel Rossett  
CREA/RS 205763



**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.377/2023, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.**

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS  
CFE. ART. 86 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL  
PUBLICADO EM 09/10/2023  
ATÉ \_\_\_\_\_

**Regulamenta o sistema de registro de preços para serviços e compras da Administração Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.**

**MARCELO ARRUDA**, Prefeito Municipal de Barra do Rio Azul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Federal que disciplina, regulamenta o sistema de registro de preços em conformidade com o disposto nos artigos 15, II, §§ 1º à 6º e 115, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 11 da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - O registro de preços para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Barra do Rio Azul, obedecerá às normas fixadas pelo presente Decreto.

**Art. 2º** - O procedimento do registro de preços destina-se à seleção de preços para registro, os quais poderão ser utilizados pela Administração em contratos futuros para compras ou prestação de serviços.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º No procedimento do registro de preços, serão observadas as formalidades pertinentes à modalidade de concorrência ou pregão, desde a convocação e habilitação dos licitantes até a homologação da licitação.

§ 3º Do Edital de licitação para o registro de preços deverão constar, além de outras, as seguintes condições:

- a) quantidades mínimas e máximas que poderão ser adquiridas;
- b) prazo de validade dos preços registrados;





c) ressalva de que, no prazo de validade, a administração poderá não contratar;

§ 4º No âmbito do procedimento disciplinado por este Decreto, a adjudicação importa o registro de todos os preços classificados.

§ 5º Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida.

§ 6º A classificação deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Edital.

**Art. 3º** - O procedimento de registro de preços será utilizado, quando conveniente, para materiais e gêneros de consumo frequente, que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou que devam ser adquiridos para diversas Secretarias Municipais, bem como para os serviços habituais e necessários ou que possam ser prestados a diversas unidades, observado o disposto neste Decreto.

**Art. 4º** - O Departamento de Licitações, da Secretaria Municipal de Administração, efetuará o registro de preços para materiais e serviços.

§ 1º - O preço registrado pelo Departamento de Licitações será utilizado, obrigatoriamente, por todas as unidades municipais.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no § 1º as aquisições ou prestações de serviços nos casos em que a utilização se revelar antieconômica ou naqueles em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

§ 3º - As propostas de compras ou as de contratações de serviços a serem processadas com base no § 2º serão justificadas e acompanhadas, conforme o caso, de pesquisas de mercado entre fornecedores identificados ou de demonstração de irregularidades praticadas, com a informação das medidas já adotadas para sua apuração.

§ 4º - A verificação de irregularidades e a adoção das medidas para apuração dessas, serão de competência da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

§ 5º - As propostas serão submetidas ao respectivo Secretário para prévia autorização, devendo o Departamento de Licitações ser comunicado do ocorrido.



**Art. 5º** - A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

§ 1º - A não-utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos previstos no § 2º do art. 4º deste Decreto.

§ 2º - Realizada licitação para aquisição de bens ou prestação de serviço, o beneficiário do registro de preços terá preferência em caso de igualdade de condições.

**Art. 6º** - Os fornecedores que tenham seus preços registrados poderão ser convidados, na ordem de classificação, a firmar as contratações decorrentes do registro de preços, durante o período de sua vigência, observadas as condições fixadas no edital do procedimento e as normas pertinentes.

**Parágrafo único.** O prazo máximo de validade do registro de preços será de 1 (um) ano, computadas todas as prorrogações.

**Art. 7º** - O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, se a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

II – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.





§ 1º - A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

§ 2º - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

§ 3º - A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 03 (três) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

§ 4º - Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

§ 5º - Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais ou gêneros constantes dos registros de preços.

§ 6º - Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

**Art. 8º** - Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas.

§ 1º - Na hipótese prevista no “caput” deste artigo, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

§ 2º - O disposto no caput deste artigo aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes.

§ 3º - Excepcionalmente, o preço cotado poderá ser registrado com base na variação do IGPM/FGV, no caso de o prazo entre a data da proposta e o da vigência da ata





ultrapassar a 12 (doze) meses, conforme art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/2001, e art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.

**Art. 9º** - Caberá ao Departamento de Compras a prática de atos para controle e administração do registro de preços, preferencialmente em formato informatizado.

**Art. 10** - A utilização do preço registrado nos termos deste Regulamento, pelas Secretarias, dependerá sempre de requisição fundamentada ao Departamento de Compras, que formalizará a contratação correspondente.

**Art. 11** - Quando uma ou mais Secretarias tiverem interesse em registrar preços para compras ou serviços, deverão solicitar, justificadamente, ao Departamento de Compras, a instauração do competente procedimento.

**Parágrafo único** A solicitação de que trata este artigo deverá fazer-se acompanhar da adequada caracterização dos bens ou serviços pretendidos, seus padrões de qualidade, bem como de pesquisa de mercado entre fornecedores identificados.

**Art. 12** - O Departamento de Compras fará publicar, trimestralmente, na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração, os preços registrados, devendo constar na publicação, obrigatoriamente:

- a) o objeto do registrado;
- b) o preço registrado;
- c) o prazo de validade do registro;

§ 1º - A Administração poderá fazer constar na publicação que as informações indicadas neste artigo estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, com vistas à economicidade.

**Art. 13** - Aplica-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e, aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados, o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.

**Art. 14** - Mediante a demonstração de vantagem econômica da contratação, a Administração poderá se utilizar da ata de registro de preços de outro órgão ou entidade da administração pública, desde que durante a validade da ata.

§ 1º - Para a adesão, deverá ser obtida a anuência do órgão que realizou a



licitação para o registro de preços.

§ 2º - A demonstração da vantajosidade econômica a que se refere o caput deste artigo se fará através de pesquisa de mercado composta por, no mínimo, três orçamentos para o mesmo bem registrado, de fornecedores distintos e identificados.

**Art. 7º** - Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por cento e oitenta dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Rio Azul, RS, aos 09 (dias) dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e três.

MARCELO  
ARRUDA:81  
591756049  
**MARCELO ARRUDA**  
Prefeito Municipal

Assinado de forma  
digital por MARCELO  
ARRUDA:81591756049  
Dados: 2023.10.09  
15:38:39 -03'00'

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

**ANDERSON FERNANDO BAGATINI**  
Secretário Municipal de Administração e  
Planejamento